

# LEITURA DO GÊNERO TEXTUAL POLICIAL E ESTRATÉGIAS DO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO <sup>1</sup>

Cleuza PELÁ (UMC – Villa-Lobos – SP; *Stance Dual School* - SP) <sup>2</sup>

**RESUMO:** A partir do tema a leitura de um gênero textual específico, o policial, e de seus processos de referenciação, propomos estratégias para a leitura desse gênero, contribuindo, assim, para a formação de um sujeito-leitor crítico. Fundamentamo-nos em conceitos como leitura, gênero textual, gênero policial e referenciação, provenientes do Sociointeracionismo, da Linguística Textual e da Gramática dos Usos do Português, e em ocorrências de expressões referenciais selecionadas de um conto policial brasileiro. Os resultados permitem-nos contribuir para os estudos de leitura e o ensino de Língua Portuguesa.

**Palavras-chave:** leitura, referenciação e gênero policial.

**ABSTRACT:** From theme the reading of a specific genre, the detective story, and its processes of referentiation., we establish as the main aim of this research the proposal of reading strategies that may contribute to the formation of a reader-subject as a critical agent. To give support to the discussion, some concepts such as reading, textual genre and textual detective story genre, referentiation processes, among others coming from Socio-Interactionism, Textual Linguistics and the Grammar of the Uses of the Portuguese language have been adopted. The results allowed us to contribute to reading studies and, therefore, providing perspectives to the teaching of the Portuguese language.

**KEYWORDS:** reading, processes of referentiation and textual detective story genre.

## 1. Introdução

*O segredo é a anti-sala do crime./ O crime é um ato cruel, mas não estranho às virtudes da alma; (...) o homem vivo e o homem morto são um o espelho do outro.*  
(LEONI, Giulio)<sup>3</sup>

A leitura de textos costuma ser uma prática pessoal, mas também social, marcada por momentos históricos, e, como tal, exige, concomitantemente, processamento cognitivo de seqüências textuais, ativação dos sistemas de conhecimentos adquiridos, estabelecimento de objetivos/ propósitos, bem como a recuperação de categorias de gêneros textuais, ao lado de atitudes cooperativas, negociáveis e colaborativas entre autor *versus* leitor. Neste sentido, neste artigo, pretendemos discutir o gênero textual policial e estratégias do processo de referenciação, com a finalidade de propor estratégias para a leitura desse gênero, contribuindo, assim, para os estudos de leitura e o ensino de Língua Portuguesa, bem como para a formação de um sujeito-leitor crítico. Sendo assim, para tanto, expomos, a seguir, noções de Leitura *versus* aspectos da interação entre leitor / texto/ autor, de gênero policial, de estratégias de referenciação textual, para, por fim, apresentar sugestões de trabalho para a leitura de um gênero textual específico e para o ensino de Língua Portuguesa.

## 2. A Leitura e os Aspectos da Interação entre Leitor / Texto/ Autor.

A leitura é uma prática social, um modo cultural de uso do letramento<sup>4</sup>, que permite ao sujeito, que dela usufrui, a escolha de diferentes gêneros textuais para uso em situações de interação comunicativa, em função de propósitos e interesses particulares.

<sup>1</sup> Versão resumida da tese de doutoramento defendida, em maio de 2006, na Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP, Programa de Língua Portuguesa, com o apoio do CNPq e da CAPES. O texto integral está disponível em: [www.pucsp.br](http://www.pucsp.br), Biblioteca digital.

<sup>2</sup> Interessados em intercâmbio – e.mail: [pecleu@uol.com.br](mailto:pecleu@uol.com.br)

<sup>3</sup> *In: Os crimes do mosaico – Um caso de Dante Alighieri.* Trad. Gian B. Grosso. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006, pp.18, 86-7.

De acordo com Marcuschi (1999:96:98), a leitura *trata-se de um ato de interação comunicativa que se desenvolve entre o leitor e o autor, com base no texto, não se podendo prever com segurança os resultados. Durante o input textual, o leitor ativa um conjunto de conhecimentos armazenados na memória que funciona como hipóteses de trabalho. São esses conhecimentos hipotéticos, de caráter individual, que levam diferentes pessoas a terem compreensões diversas sobre um mesmo texto. Ao discutir tal aspecto, o lingüista introduz o conceito de contexto cognitivo, entendido como horizonte sociopsíquico-cultural do indivíduo, que interfere no processamento cognitivo do texto e na sua compreensão, gerando as diferentes leituras de um texto.*

Como a imprevisibilidade é a condição, o diferencial para uma relação interativa entre parceiros, há que se pensar sobre os aspectos da interação entre leitor, texto, autor. Essa interação costuma se dar em função de um dado contexto social, histórico e cultural. É preciso que as partes envolvidas na situação de comunicação tenham algo em comum, no entanto, nem sempre é assim. Pode ocorrer de um dos interlocutores não ter determinados conhecimentos ou até não ter a devida competência para (re)construir os sentidos do texto (oral ou escrito).

Nesse sentido, considerando as idéias de Iser (1999:106), é necessário pensar que as relações interpessoais são reações recíprocas guiadas por imagens (às vezes, falsas), que cada parceiro faz do outro para si mesmo, ou seja, um sujeito-leitor pode pensar sobre a imagem que o outro faz dele e pode trabalhar com o que não lhe é dado. Assim, *o processo de comunicação se põe em movimento e se regula não por causa de um código, mas mediante a dialética de mostrar e de ocultar. O não-dito estimula [o leitor] a atos de constituição, mas ao mesmo tempo essa produtividade é controlada pelo dito e este por sua vez deve se modificar quando por fim vem à luz aquilo a que se referia.*

Portanto, perguntamo-nos em que consiste a leitura de um gênero textual? E mais – a leitura de um gênero textual específico como o policial?

### **3. O Gênero Policial**

As histórias policiais compõem um gênero textual cultivado no mundo todo. Segundo Boileau & Narcejac (1991), compõe-se de duas histórias: a do crime e a do inquérito/ investigação, sendo o narrador, necessariamente, uma personagem secundária e não a protagonista. Também conhecido como narrativa de enigma ou de detetive ou, ainda, de detecção, o policial clássico possui em sua organização: crime, vítima, criminoso, detetive, investigação e solução. As variações que o seguiram mantiveram essa organização; porém, dando maior destaque a um dos elementos, que não somente o mistério.

Albuquerque (1979) afirma que o gênero policial é uma transformação do romance de aventuras, em que à força física do herói junta-se à intelectual. Já para Mandel (1988), o gênero policial deriva da literatura popular sobre os bons bandidos<sup>5</sup>, como Robin Hood, por exemplo, que estavam vinculados aos movimentos sociais contestadores dos regimes feudais. Porém, de acordo com Harrowitz (1991), para existir histórias de detetives, são necessárias as forças policiais e os detetives – fato esse que só ocorre no início do século XIX, mais especificamente, em Paris e em Londres, quando surge a polícia, e os departamentos de investigação criminal começam a se expandir consideravelmente.

Seja de uma forma, seja de outra, o gênero policial passou a ser cultivado e, assim, com tais características, na década de 70, do século XX, segundo Lits (1994), o gênero policial adentrou a escola. Naquele período, professores de língua materna passaram a elaborar seqüências didáticas para a leitura do gênero policial e sua produção, pois notavam que os alunos encontravam novos prazeres de leitura no gênero. Como muitos eram os sentidos construídos colaborativamente, esses profissionais passaram a se perguntar se a escolha de determinados recursos lingüístico-textuais era relevante na composição das expressões referenciais e, conseqüentemente, na construção dos sentidos do texto. Na próxima seção, apresentamos conceitos sobre o processo de referenciação, a fim de refletir sobre tais questionamentos.

### **4. A Referenciação**

Muitos são os estudos acerca da linguagem humana. A linguagem pode ser entendida como uma *forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada: como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes*

---

<sup>4</sup> Entendemos letramento, de acordo com Soares (2001), como a habilidade de compreender, interpretar e extrair informações de material escrito, de modo competente e com freqüência, independente de alfabetização.

<sup>5</sup> Acreditamos que os romances de aventura não diferem tanto dos da literatura sobre os bons bandidos que, na verdade, eram grandes aventureiros.

*reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes*, de acordo com Koch (1995:9-10).

Sendo assim, a realidade é um produto de nossa percepção e da prática sociocultural, e o processo de conhecimento do ser humano é regulado por uma interação contínua entre práxis, percepção e linguagem. Como a língua não existe fora dos sujeitos sociais e de seus modelos de mundo, a interpretação da noção de referência deve se dar sob outro ponto de vista que não o da 'realidade', mas sim sob o da prática social, cultural.

De acordo com Koch (2004:57), os modelos de mundo *(re)constróem-se (...) dentro das diversas cenas enunciativas, de modo que, no momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário invocar conhecimentos – socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos -, situar-se dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos.*

Nesse caso, a partir da perspectiva textual-sociointeracional, decorrente dos estudos da Lingüística textual, podemos discutir a noção de referenciação (e não de referência) como um processo realizado no discurso, engendrado na dinâmica interacional, que induz a categorização, recategorização, de-categorização de referentes, tidos como objetos-de-discurso, bem como a concepção de língua como uma atividade social que pede a negociação e a (re)construção colaborativa dos sentidos textuais, em função de determinados contextos e práticas sociais.

A seguir, trataremos de alguns procedimentos de referenciação, delineando seu caráter anafórico.

#### **4.1. As Principais Estratégias de Referenciação Textual**

A partir dos processos de categorização, recategorização, de-categorização de entidades discursivas, alguns estudiosos como Koch & Marcuschi (1998), Lima (2003), Cavalcante (2003), Koch (2004) <sup>6</sup>, Mondada & Dubois (2003) e Apotheloz (2003) têm retomado a discussão sobre processos de referenciação e de progressão referencial, ampliando a noção de anáfora que, até então, era entendida pela Lingüística Textual como uma estratégia de retomada de um item lexical explícito, por meio de recursos pronominais e/ou nominais que mantêm entre si uma relação de correferencialidade. Assim, o elemento anafórico poderia ser introduzido por um grupo nominal definido, pressupondo, ou uma relação semântico-lexical, ou uma léxico-estereotípica entre o núcleo da expressão anafórica e o antecedente.

No entanto, avançados os estudos, somaram-se aos aspectos lingüísticos os aspectos pragmático-discursivos, e, assim, o elemento lingüístico, denominado **anáfora**, passou a ser entendido como um fenômeno atrelado à dinâmica textual e à construção dos objetos-do-discurso; nesse papel, servindo tanto à continuidade e à manutenção referenciais quanto à construção dos sentidos do texto.

Em função das novas configurações do processo anafórico, Cavalcante (2003) e Marcuschi (2000a, 2000b) expõem que há expressões referenciais anafóricas, dêiticas ou híbridas que, seja por remissão, por retomada ou por inferenciação, acabam por promover a continuidade referencial. À guisa de facilitar os estudos de referenciação e respaldados por sugestões teóricas de Mondada & Dubois (2003) e Apotheloz (2003), aqueles dois lingüistas e Koch (2004) propõem uma classificação, em relação às continuidades referenciais, apresentadas como anáforas com retomada e sem retomada, que passamos a expor.

Cavalcante (2003) estabelece que as anáforas com retomada pressupõem uma base de referencialidade que pode estar ancorada em: a) um antecedente correferencial<sup>7</sup>, possibilitando uma retomada total; b) um outro referente distinto, levando a uma retomada parcial; c) um conteúdo proposicional, não retomando referentes e sim remetendo-os a um co(n)texto.

As anáforas sem retomadas ou indiretas referem-se às situações em que o referente do anafórico ou não é o mesmo do antecedente, ou não é muito parecido com ele. Suas características básicas são a não-correferencialidade e a introdução de um referente novo dado como conhecido. Assim, apesar de ter um âncora no co(n)texto, essas anáforas designadas como indiretas não retomam o referente, mas mantêm a continuidade referencial. Conforme Koch (2002:107), a partir de elementos explícitos no (co)texto e da mobilização de *conhecimentos dos mais diversos armazenados na memória dos interlocutores*, o referente pode ser inferido.

Segundo Koch (2002) e Cavalcante (2003), a anáfora indireta pode se dar com a categorização de um novo referente, caso ao qual nos ateremos, com uma recategorização lexical implícita ou por uma

<sup>6</sup> A ampliação do conceito de anáfora não se dá somente nos estudos lingüísticos brasileiros, mas também nos germânicos, franco-suíços, anglo-saxões entre outros.

<sup>7</sup> No processo de correferenciação, o referente âncora é retomado da mesma forma. Não há mudanças semânticas.

recategorização lexical, caso aos quais não nos ateremos neste trabalho.<sup>8</sup> No caso da categorização de um novo referente, o anafórico deixa de se ancorar na referência dada, apesar de ser parte dele, a fim de introduzir um novo referente de caráter autônomo. Esse processo pode se dar por uma relação meronímica, isto é, de parte/ todo ou por inferenciação. De modo geral, a interpretação das anáforas indiretas baseia-se, conforme o texto, em conhecimento semântico, que se apóia em conhecimentos verbais e/ou nominais; em conhecimentos conceituais, pontuados ora por modelos mentais, ora por conhecimento de mundo e enciclopédico, ora por processos de inferenciação”, conforme Koch (2002) e Marcuschi (2005).

Outro tipo de anáfora que não retoma o referente é a anáfora encapsuladora. No encapsulamento ou sumarização, ocorre a sumarização de *informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, [que são encapsuladas] sob a forma de um substantivo-predicativo e [transformadas] em objeto-de-discurso*, de acordo com Koch (2001:77). Em outras palavras, o encapsulamento anafórico sumariza, por meio de uma paráfrase, um trecho precedente do texto. No entanto, não veicula somente informações velhas, já dadas. Esse recurso oferece um dado novo, visto que o item lexical que compõe o núcleo do sintagma nominal não foi dado anteriormente, de acordo com Conte (2003). Além disso, o objeto-do-discurso torna-se um novo referente, apontando assim para outras predicções ao longo do texto.<sup>9</sup>

De acordo com Conte (2003), o fato do encapsulamento anafórico estabelecer novos referentes possibilita a preferência por determinantes demonstrativos a artigos definidos. O demonstrativo oferece ao leitor uma informação nova, mas o leva a verificar o antecedente da expressão anafórica de modo específico. A esse tipo de encapsulamento, alguns autores têm classificado como anáfora encapsuladora com dêitico ou híbrida.

Dada a teoria, estabelecemos três estratégias para a leitura do gênero policial, apresentadas na seção seguinte.

## 5. Estratégias para a Leitura do Gênero Policial

O *contrato de leitura* é um acordo entre pares que assumem determinada responsabilidade ou cumplicidade diante de um ato. Dessa forma, com o contrato, o leitor, co-responsável pelo dito/escrito, deverá, por exemplo, aceitar as características do gênero policial (a presença de duas histórias, de um crime a ser desvendado, enfim, dos elementos estruturais desse gênero); ser cooperativo e colaborativo, aceitando, o(s) pressuposto(s) dado(s) pelo autor no início da história.

Selado o contrato de leitura, o leitor passa a ler o texto e (re)construir a história do crime, por meio da história da investigação, a partir de determinadas estratégias calcadas em processos de referenciação textual. Assim, à sombra do narrador ou de personagens como do(s) investigador(es) que instauram o inquérito/ a investigação, a história policial é reconstruída. Portanto, o contrato de leitura é um pressuposto para que o processo de referenciação, nas categorias do gênero policial, ocorra, de modo adequado.

(Re)ativadas as categorias do gênero policial, o leitor espera poder deparar-se com seqüências textuais dialógicas que possam ajudá-lo a estabelecer os sentidos do texto. Essa expectativa prevê discursos do narrador, das personagens, assim como conversas justapostas por pares dialógicos, que contenham tanto perguntas abertas quanto fechadas, e que insiram pedidos, suposições/ hipóteses/ opiniões, esclarecimentos, explicações, exposições, comentários e concatenações acerca do caso, bem como exijam respostas compatíveis ou de cunho colaborativo para com o ‘previsto’, o pressuposto. A esse tipo de ‘seqüenciação’ que ajuda o leitor a organizar, durante a situação de leitura, relações entre o que é dado, o que é novo, o que é pressuposto ou suposto, permitindo-lhe a sensação de co-participação, denominaremos de *estratégias de interação*.

Estabelecidas as duas estratégias: as do contrato de leitura e as de interação, cabe uma outra, *as da construção colaborativa da referenciação*, nas categorias estruturantes do gênero policial como “processo de investigação”, “personagens”, “reconstrução do mistério, do crime e de seus motivos”, marcadas por introdução de referentes textuais, anáforas com retomada e anáforas sem retomada.

---

<sup>8</sup> No caso da recategorização lexical implícita, a anáfora indica que o referente antecedente sofre uma recategorização lexical implicitamente, o que leva à modificação da categoria do referente-fonte para, em seguida, ser novamente transformado. No caso da recategorização lexical explícita, opera-se uma transformação no objeto-de-discurso designado, ou seja, o anafórico ancora-se na referência, mas introduz uma nova, com outro valor semântico.

<sup>9</sup> Segundo Koch (2002) e Cavalcante (2003), na organizacional macroestrutural de um texto, o encapsulamento anafórico indica possíveis mudanças, condensações ou fechamentos de tópicos na sua (re)formulação. Visto funcionar, por um lado, retroativamente, o encapsulamento ajuda na organização textual, ou seja, por aparecer no início de um parágrafo, possibilita interpretações/ integração de porções textuais antecedentes e serve, desse modo, como base para projeções de expectativas ou como ponto de continuidade no parágrafo seguinte.

Conforme já exposto, o processo de referenciação está atrelado à dinâmica textual e à construção dos objetos-de-discurso que serve tanto à continuidade e manutenção referenciais quanto à construção dos sentidos maiores do texto, possibilitando um processo de anaforização ou mais direto, ou parcial, ou indireto. Essas estratégias de referenciação são formalizadas lingüístico-textualmente por: a) pronomes pessoais e elipses; b) expressões nominais, como descrições definidas/ indefinidas e nominalizações, compostas de nome-núcleo marcado por: termos genéricos, meronímicos<sup>10</sup>, metadiscursivos entre outros; c) qualificadores: as expressões adjetivas com valor avaliativo (positivo ou negativo); d) determinantes: os pronomes demonstrativos e possessivos, os artigos definidos; e) quantificadores e indefinidores: os artigos e pronomes indefinidos; f) construtos oracionais: orações apositivas, predicativas, adjetivas e adverbiais.

Propostas as estratégias para a leitura do gênero policial, no próximo item, procedemos à leitura de algumas ocorrências no conto *Cabeças de Segunda-feira*, de Ignácio de Loyola Brandão, considerando as referidas estratégias.

## 5.1 Uma leitura do conto *Cabeças de Segunda-feira*, de Ignácio de Loyola Brandão

### 5.1.1 As Estratégias do Contrato de Leitura.

Quando iniciamos a leitura do conto *Cabeças de Segunda-feira*, (CSF), de Ignácio de Loyola Brandão (ILB), sabíamos que tínhamos uma espécie do gênero policial, pois o exame dos recursos paratextuais levou-nos a (re)ativar mentalmente estratégias para a leitura do gênero policial, envolvendo diferentes tipos de conhecimentos, de formalização do gênero textual, a fim de que pudéssemos aceitar o contrato de leitura.

Dado o contrato de leitura, refletimos sobre o título do conto “Cabeças de segunda-feira”, e elaboramos mentalmente uma expectativa acerca do conteúdo da história. Começamos a imaginar o que aconteceria com cabeças, às segundas-feiras. Elas literalmente rolariam? Lembramo-nos de um autor do gênero policial<sup>11</sup>, criador do detetive Padre Brown, que, por volta dos anos 40, escreveu uma obra intitulada *O homem que era quinta-feira*. Teria essa obra ou o título influenciado o trabalho de Loyola?

Começada a leitura da história, verificamos a apresentação da cena do crime e das personagens-vítimas; em seguida, há a introdução da polícia e da história da investigação. Encerrada a história da investigação, começa a narração de uma outra história, a do assassino, em que são apresentados os motivos e a rotina que levaram uma personagem determinada a cometer o crime, no caso o ascensorista do prédio.

No conto em questão, deparamo-nos com a forma clássica da ordenação das categorias do gênero policial. Primeiro é dado o crime, depois, o processo de investigação e, em seguida, a resolução do mistério. O diferencial desse conto é que só o leitor fica sabendo quem é o responsável pelos crimes, em função da história do assassino, que é dada pelo discurso do narrador e também pela própria personagem-assassino, por meio de um discurso indireto livre.

E, assim, a expectativa pôde ser retomada e confirmada em partes, pois cabeças, no sentido de “parte do corpo humano”, rolaram, não em uma segunda-feira, mas sim em um sábado; sendo que os corpos só foram descobertos na segunda-feira e as cabeças são sabemos.

### 5.1.2 As Estratégias de Interação na Categoria Personagens-chave.

Como a interação é um dos aspectos da linguagem que possibilita a instauração das continuidades referenciais, ou sua manutenção, verificamos que, no conto, por meio de comentários comparativos; de indefinidades e negações; de condicionalidades/ suposições; de evocações + apelações; de perguntas e respostas; de conhecimento aparentemente partilhado, a categoria personagens-chave (criminoso, detetive, vítima, testemunhas, suspeitos e coadjuvantes-auxiliares<sup>12</sup>) se constrói, colaborativamente, de modo progressivo e coerente.

No conto CSF, podemos observar o processo de interação, em (01), com a introdução de referentes textuais nomeados pelos sintagmas nominais “o Doutor Joaquim” e “o senhor Lemos”, que são dados como se já fossem conhecidos e partilhados pelo leitor.

(01) Sem nenhum grito de horror, apenas com muito nojo, a faxineira encontrou o **Doutor Joaquim** curvado sobre sua mesa. Morto, evidente.

<sup>10</sup> Na literatura lingüística, o termo “meronímico” tem sido usado para indicar relações metonímicas e sinedóticas.

<sup>11</sup> O autor é G. K. Chesterton e a obra “The man who was Thursday”, publicada em 1944.

<sup>12</sup> O que seria de Sherlock Holmes, se não houvesse o Dr. Watson, (ambos personagens de Conan Doyle)!

**O senhor Lemos** foi achado à porta do escritório, encolhido como se tivesse sentido muito frio à noite.

**Diva** estava apoiada ao PBX da recepção. E **Morais**, descoberto às onze horas, quando todo o edifício fervia, estava de calças arriadas, sentado na privada. O zelador constatou duas coisas, antes de chamar a polícia. Era crime. Segundo, executado pela mesma pessoa. **Os quatro cadáveres** estavam **decapitados**. Conclusões de zelador.

**Quatro pessoas decapitadas** numa segunda-feira atraíram seis viaturas da polícia, investigadores, reportagem policial e não policial, curiosos. Impossível transitar. O prédio foi fechado. Ninguém saía, ninguém entrava. (...)

(ILB, CSF, p. 290. O negrito é nosso.)

Essa estratégia é marcada, primeiramente, pelas descrições nominais definidas “o Doutor Joaquim” e o “o senhor Lemos”; depois, pelas expressões nominais “Diva” e “Morais”. Nas duas primeiras, identificamos o artigo definido que particulariza as vítimas como pessoas conhecidas daqueles que têm uma determinada rotina, no prédio onde foram encontrados mortos. Já os pronomes pessoais de tratamento (“doutor” e “senhor”) sinalizam para o leitor que há um grau de formalidade entre aquelas personagens e seus interlocutores, pois seu emprego mostra que há um *status* social hierárquico diferenciado entre elas. O uso do pronome de tratamento, no primeiro caso, ou a ausência dele, no segundo caso, nesse excerto, já soam a nós como uma pista a ser considerada na revelação do assassino. Esse tratamento será retomado posteriormente por construtos oracionais recheados de apostos (expressões atributivas/ predicativas) que põem em dúvida o merecimento do tratamento formal para com aquelas duas personagens.

Já o nome das outras duas personagens-vítimas “Diva” e “Morais” vem *desacompanhado* de determinante, indicando um modo de tratamento muito corriqueiro no Brasil. A ausência de artigo é uma forma popular que indica intimidade e maior proximidade entre as vítimas e seus interlocutores. Considerando o contexto social no qual o crime se dá, pensamos que essa proximidade está mais para a questão da relação hierarquia entre grupos sociais (os que têm títulos e os que não têm) do que para o grau de amizade e convivência.

### 5.1.3 As Estratégias de Construção Colaborativa da Referenciação na Categoria Personagens-chave

Quanto à construção colaborativa da referenciação anafórica da categoria personagens-chave no conto CSF, verificamos em (02), a construção da personagem vítima.

(02) Sem nenhum grito de horror, apenas com muito nojo, a faxineira encontrou **o Doutor Joaquim** curvado sobre sua mesa. Morto, evidente.

**O senhor Lemos** foi achado à porta do escritório, encolhido como se tivesse sentido muito frio à noite.

**Diva** estava apoiada ao PBX da recepção. E **Morais**, descoberto às onze horas, quando todo o edifício fervia, estava de calças arriadas, sentado na privada. O zelador constatou duas coisas, antes de chamar a polícia. Era crime. Segundo, executado pela mesma pessoa. **Os quatro cadáveres** estavam decapitados. Conclusões de zelador.

**Quatro pessoas decapitadas** numa segunda-feira atraíram seis viaturas da polícia, investigadores, reportagem policial e não policial, curiosos. Impossível transitar. O prédio foi fechado. Ninguém saía, ninguém entrava. (...)

(ILB, CSF, p. 290. O negrito é nosso.)

Em CSF, as vítimas são apresentadas por seus nomes próprios, seus referentes textuais passam a ser (re)ativados por uma anáfora correferencial recategorizadora “os quatro cadáveres”, cuja expressão nominal definida acrescenta um outro tipo de informação à situação, recategorizando-os. O determinante “o” e o quantificador “quatro” especificam as personagens, e, embora cada uma tenha seu *status* social bem marcado, isso não deixará de inseri-las em um grupo determinado: o dos cadáveres.

Esse quantificador “quatro” será repetido em parágrafo seguinte ao compor uma outra descrição nominal, só que indefinida, “quatro pessoas decapitadas”, com valor genérico. É interessante observar que essa expressão, que introduz o quarto parágrafo, retoma a descrição predicativa “decapitados” do terceiro parágrafo e um aspecto da referência “cadáveres” nomeada: - o fato daqueles que morreram fazer parte de um grupo de humanos, logo, de um grupo civilizado, dotado de razão. Ainda, podemos afirmar que, por um lado, a expressão “quatro pessoas decapitadas” tem cunho generalizante, em função do distanciamento do narrador ao contar o episódio, e, por outro lado, indica-nos uma anáfora correferencial recategorizadora, da expressão “os quatro cadáveres”, que apenas confirma o modo como as vítimas foram mortas.

A descrição das vítimas ainda é dada em (03), durante o processo de investigação, a partir de duas perguntas abertas, insinuadas por um discurso que ora parece indireto livre, ora direto (do narrador), ora citação de discurso alheio, que buscam desvendar quem eram os mortos.

(03) Fala, conversa, interroga. **Quem eram os mortos? Pessoas ligadas a eles?** Um radialista esgoelava que era crime político. **O Doutor Joaquim, angolano exilado, ex-dono de um grande banco**, chegou ao Brasil com enorme fortuna, ao fugir da África. Em dois anos tinha multiplicado o dinheiro, **era acionista de seguradoras, financiadoras**, mantinha um jornal para a colônia exilada, recebia comendas cada seis meses. (ILB, CSF, pp. 290-1. O negrito é nosso.)

A resposta às duas perguntas abertas, “Quem eram os mortos?”, “[Quem eram] as pessoas ligadas a eles?”, que vem com um breve discurso indireto introduzindo uma impressão de uma personagem próxima ao caso, passa a descrever um dos mortos com expressões apositivas e adverbiais, predicativas, a fim de justificar parte daquele discurso indireto: “era crime político”. As expressões apositivas, “angolano exilado” e “ex-dono de um grande banco”, expandem o sintagma nominal “o Dr. Joaquim”, assim como a expressão adverbial, “(...) chegou (...) *com enorme fortuna*”, e a predicativa, “era acionista de seguradoras, financiadoras(...)”, indicando propriedades que podem, ou não, ser próprias do referente textual. Como predicam, isso implica que são características dadas sob um ponto de vista determinado, logo, subjetivo. Assim, a resposta, a seu modo, apresenta somente suposições acerca da vida pregressa da personagem.

O mesmo ocorre com a referência textual “Diva”. Em (04), é possível verificar que o nome Diva é especificado pelo artigo definido “a”, de modo que os apostos e os adjetivos pospostos possam dar pistas da vida pregressa da vítima e levar ao esclarecimento do crime e de seu responsável. A descrição nominal definida “a Diva” retoma o objeto-de-discurso “Diva” já dado no início da história. Entretanto, seus atributos são informações novas que ajudam a criar a identidade da personagem como uma mulher bonita, sensual e ‘famosa’.

(04) (...) **a Diva, secretária de uma assessoria de relações públicas, bonita, ex-miss Telefônica, vinte e cinco anos, feliz** (segundo as amigas) depois de comemorar o noivado na quinta-feira anterior ao crime (...). (ILB, CSF, pp. 290-1. O negrito é nosso.)

Essa estratégia de introduzir, manter e continuar a referência das personagens é usada em outra parte do conto CSF, quando há a indagação sobre ‘quem matou as vítimas’. Essa pergunta muda o foco da narrativa para a construção da personagem-assassino, que também passa a ser dada sob o modo do conhecido, como podemos observar em (05).

(05) Não haveria aqui uma pista inconscientemente fornecida pelo **assassino**?" Pode haver, mas é sutil demais para minha cabeça, respondeu pacientemente o policial inesperado. "Muito científica, muito freudiana", acrescentou para espanto geral. "Minhas deduções são chãs, mais realistas. Daqui a pouco chego **nesse filhodaputa sanguinário**:

Já tem alguma pista?  
Não, nenhuma.  
**O criminoso** vai voltar ao lugar do crime?  
**O criminoso** continua no lugar do crime.  
Como sabe?  
Não sei.  
(ILB, CSF, p. 291. O negrito é nosso.)

A primeira vez em que é feita a referência ao responsável pelas mortes, é usada uma expressão nominal definida “o assassino” que, assim, como o referente textual de ‘as vítimas’, é introduzido como se fosse uma informação partilhada. Depois, essa expressão “o assassino” é recategorizada por “esse filhodaputa sanguinário”, em que o pronome demonstrativo “esse” tem valor dêitico, ao passo que seu nome nuclear, “filhodaputa”, mais seu modificador, “sanguinário”, recategorizam-na, mostrando a opinião emotiva do policial envolvido na investigação e o *status* linguístico, livre de censura, próprio de um grupo social.

Se, na expressão “nesse filhodaputa sanguinário”, temos a recategorização do referente textual ‘assassino’ sob a ótica do policial, logo uma anáfora correferencial recategorizada, já na expressão “o criminoso”, que será repetida por duas vezes, na seqüência do parágrafo, temos, primeiramente, uma anáfora correferencial recategorizada (“filhodaputa” < > “criminoso”) e, depois, uma anáfora correferencial co-

significativa (“criminoso” < > “criminoso”). Essas estratégias indicam que a descrição da personagem-assassino é construída por meio de retomadas específicas, levando o leitor a ficar a par da avaliação dada às ações e ao caráter do transgressor.

Ainda sobre a construção colaborativa da referenciação anafórica na categoria personagens-chave, em CSF, há um outro procedimento que merece atenção: as operações usadas na construção das personagens-suspeito durante o interrogatório, como em (06).

(06) Quatro pessoas decapitadas numa segunda-feira atraíram seis viaturas da polícia, investigadores (...). **O zelador** foi interrogado. Colocaram numa sala **os funcionários** do prédio. **Os faxineiros, ascensoristas, eletricitas, homens da casa de máquinas, o síndico, o subsíndico.** Um investigador experiente notou que as decapitações tinham sido violentas. Como se houvesse decapitação não violenta, disse um repórter policial. (ILB, CSF, p. 290. O negrito é nosso.)

As personagens-suspeito são apresentadas na história da investigação da mesma forma que as outras, como conhecidas. Na expressão nominal definida “os funcionários do prédio”, temos um nome nuclear hiperonímico, seguido por uma expressão restritiva, que sinaliza que é do conhecimento do interlocutor que em prédios há funcionários e que estes são faxineiros, ascensoristas, eletricitas, homens da casa de máquinas, síndico, subsíndico entre outros.

É importante reparar, em (06), nas formalizações da primeira expressão, da penúltima e da última, pois elas vêm acompanhadas de artigos definidos ao passo que as intermediárias não. Esse fato leva-nos a questionar se a ausência dos determinantes teria sido proposital ou por descuido (do autor, do revisor). Queremos acreditar que foi intencional assim como na nomeação das vítimas, no começo do conto. Isso nos indica que alguns dos funcionários estão no grupo do faxineiro e outros, no do síndico e do subsíndico. Nesse sentido, podemos verificar novamente a idéia de hierarquia ‘social’ entre pares, porém, por atributo profissional.

#### 5.1.4 Considerações sobre a leitura das ocorrências.

Chegando ao final da leitura de algumas ocorrências do gênero policial, orientada por estratégias determinadas, passamos a refletir sobre a leitura desenvolvida, considerando as três estratégias propostas: contrato de leitura, de interação e de construção colaborativa da referenciação.

Em relação à estratégia de contrato leitura, essa possibilita a atualização das características do gênero policial no momento em que os recursos paratextuais são processados e ativados adequadamente. Em decorrência dessa atualização, o leitor se prepara para o desvelamento das personagens-chave das histórias – tanto as do crime quanto as da investigação –, bem como de toda a trama.

Quanto às estratégias de interação, assinalamos que possibilitam a instauração, manutenção ou transformação de referentes textuais, de modo progressivo e coerente, pois envolvem propósitos e atitudes colaborativas de interlocutores ‘cúmplices’ que buscam esclarecer ou explicar os desencontros de informações (pistas falsas, suposições contraditórias e mesmo falta de dados/informações) típicos do gênero policial, bem como usar estratégias para (re)construir aquilo que não é dado na trama, não é partilhado, mas que pode ser pressuposto.

Para refletir sobre as estratégias de construção colaborativa da referenciação:

a) consideramos que a introdução de referentes textuais é formalizada por descrições nominais tanto indefinidas quanto definidas, sendo predominantes as descrições nominais definidas. O que temos na literatura lingüística é que a introdução de referentes textuais costuma se dar a partir de descrições nominais indefinida, visto o objeto-de-discurso não ser de conhecimento do leitor, ao passo que, de modo geral, as descrições nominais definidas indicam partilhamento de uma informação como conhecida.

Refletindo sobre essa ocorrência, concluímos que, embora os objetos-de-discurso não sejam de conhecimento do leitor, está pressuposto que fazem parte de uma categoria própria do gênero policial e, assim, não precisam ser apresentados. Sendo dessa forma, as descrições nominais definidas, que parecem introduzir referentes textuais, não exercem, na verdade, essa função, pois aquele que organiza o texto parte do pressuposto de que o leitor já conhece o referente dado, que ele partilha de tal conhecimento. Logo, a introdução de referentes textuais nas ocorrências expostas ganha um outro viés: o de apenas (re)ativar conhecimentos partilhados;

b) verificamos, em relação à anáfora correferencial recategorizada<sup>13</sup>, que há o emprego da descrição nominal definida e da indefinida, sendo a definida predominante. Em função de seu aspecto recategorizador, essas descrições aparecem ora com nome nuclear genérico, ora com nome (ou sobrenome) próprio, ora com nome nuclear elíptico, ora acompanhada de expressões de valor restritivo, ora com nome nuclear caracterizador. Entre essas variantes, o nome nuclear caracterizador se sobressai; fato esse que não nos espanta, visto a propriedade marcada de tal estratégia ser o seu aspecto recategorizador.

c) observamos que, na anáfora correferencial co-significativa, somente a descrição nominal definida, formada por nomes ou sobrenomes próprios, por nomes nucleares elípticos ou caracterizadores. Nessa estratégia, novamente aparece o recurso de deixar, de modo elíptico, uma parte da descrição, com a finalidade de chamar a atenção do leitor para os modificadores e os determinantes. Estes são os responsáveis pelo direcionamento do olhar na (re)construção da referência.

## 6. Sugestões de trabalho

Chegando ao final deste artigo, as estratégias propostas para leitura de um gênero textual específico, como o policial, necessitam ser (re)aprendidas antes de se tornarem parte dos sistemas de conhecimentos de um sujeito-leitor. Desse modo, estabelecer caminhos diferenciados para a organização de atividades didáticas na área da leitura, da escrita e do ensino de Língua Portuguesa é uma alternativa.

Na área da Leitura, o reconhecimento das estratégias contrato de leitura, de interação e de referência, como um dos caminhos, permite ao professor discutir com seus alunos que a construção dos sentidos do texto é co(n)textualmente situada e que não só decorre de processos de negociação de sentidos, mas também de um trabalho colaborativo entre pares (virtuais e/ou reais). Por exemplo, durante a leitura do gênero policial, esclarecer o sentido de (com)partilhar e de construir colaborativamente referências/informações textuais é uma ação necessária, porque o trabalho colaborativo envolve a construção de objetos do saber, a partir de explicações/ esclarecimentos, em função de um co(n)texto, ou do desconhecimento dele, por uma das partes envolvidas na situação. Já o (com)partilhamento de objetos do saber ocorre em função de algo que é comum ou dado socialmente. E como, no gênero policial, o mistério, sendo ou não sendo foco, exige desvelamento, construir colaborativamente os objetos-de-discurso torna-se mais importante do que só o suposto (com)partilhamento deles.

Na área da escrita e do ensino de língua Portuguesa, considerando que os alunos já conheçam as estratégias, essas podem facilitar a organização do texto antes, durante e após o processo de produção escrita. Por exemplo, discutir a escolha de determinados recursos lingüístico-textuais na composição de expressões de referência, leva a entender os usos da língua não só sob o ponto de vista cognitivo, mas também sob a perspectiva sociointeracional. De modo particular, o contato com determinados recursos expressivos da língua portuguesa direciona para uma leitura mais crítica da realidade e das situações de interação social, bem como para uma produção de texto mais consciente e responsável.

E, assim, esperamos ter contribuído não só para os estudos de referência e de estratégias para a leitura de um gênero textual específico, o policial, mas também ter indicado caminhos para a organização de atividades de leitura, abrindo, assim, perspectivas para o Ensino de Língua Portuguesa.

---

<sup>13</sup> Como já foi exposto neste trabalho, a anáfora correferencial recategorizadora tem por fim recuperar o referente textual a partir de processos de recategorização da forma de designação tanto por meio de nomes nucleares genéricos, como por nomes próprios e caracterizadores (indicadores de papéis sociais).

## 6. Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Paulo de Medeiros e. **O mundo emocionante do romance policial**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Linguística.)

BOILEAU-NARCEJAC. **O romance policial**. Trad. Valter Kehdi. São Paulo: Ática, 1991. (Série Fundamentos, nº 86).

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Cabeças de segunda-feira. In: COSTA, Flávio M. da (org.). **Os cem melhores contos de crime e mistério da literatura universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.  
CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, (44):105-118, Jan./Jun. 2003.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Linguística.)

HARROWITZ, Nancy. O arcabouço do modelo de detetive: Charles S. Peirce e Edgar Alan Poe. In: ECO, Umberto e SEBOEK, Thomas A. (orgs.) **O signo de três – Dupin, Holmes, Peirce**. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ISER, Wolfgang. A Interação entre texto e leitor. In: \_\_\_\_\_. **O ato da leitura**. Trad. J. Kretschmer. SP: Ed. 34, 1999.

KOCH, Ingedore G.V. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, (41)75-89, Jul./Dez. 2001.

KOCH, Ingedore G.V. **Desvendado os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore G.V. **Introdução à lingüística textual** – Trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore G.V.; MARCUSCHI, Luiz A. Processos de referenciação na produção discursiva. In: **Revista D.E.L.T.A., São Paulo**, (14), n. especial: 169-190, 1998.

LIMA, Maria Luiza C. Artigo indefinido e anáfora. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, (44):105-118, Jan./Jun. 2003.

LITS, Marc. **Pour lire le roman policier**. 2 ed. Bruxelles: De Boeck-Wesmael, 1994.

MANDEL, Ernest. **Delícias do crime – História social do romance policial**. Trad. Nilton Goldmann. São Paulo: Busca Vida, 1988.

MARCUSCHI, Luiz A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore V.; MORATO, Edwiges M.; BENTES, Anna C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, Luiz A. **Gêneros textuais: o que são e como se constituem**. Recife: UFP, jan.2000a. (Mímeo).

MARCUSCHI, Luiz A. Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente. In: PRETI, Dino (org.). **Fala e Escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2000b. (Projetos Paralelos – NURC/SP, 4).

MARCUSCHI, Luiz A. Leitura como processo inferencial num universo cultural-cognitivo. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (org.) **Estado de leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: ALB, 1999. (Coleção Leituras no Brasil).

MARCUSCHI, Luiz A.; KOCH, Ingedore V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, Maria Bernadete M.; RODRIGUES, Ângela C. S. (orgs.). **Gramática do português falado**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2002. (Série Pesquisas. V.8 – Novos estudos descritivos.)

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Lingüística.)

SOARES, Magda Becker. **Letramento – um estudo em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.